



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: POSTO TETE LTDA.	RECURSO
PROCESSO Nº 3123/2001/002/2003	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1063/2003	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: MÉDIO	

I – RELATÓRIO

O POSTO TETE LTDA. foi autuado em 12.12.2003 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 1, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 22.10.2007, pela FEAM, multa no valor de R\$ 7.449,76.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração. A Presidência da FEAM, em 12.04.2010, indeferiu o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada, por ser mais benéfica ao autuado.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “O empreendimento não se adequou a DN COPAM 050. Falta ativar a caixa separadora de água e óleo. Falta concretar área da pista de abastecimento” (fl. 03).

No Recurso, o autuado alega, em síntese, que:

- A penalidade foi aplicada mais de dois anos após o fim das atividades;
- O valor da multa foi acrescido de multa e juros pela demora dos prazos;
- O empreendimento tem muito interesse em regularizar esta pendência.



Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Inicialmente, tem-se que o autuado não contesta a ocorrência de infração ambiental, confessando que o empreendimento, no momento da fiscalização, estava em desacordo com a DN COPAM 050/2001. Dessa feita, resta plenamente caracterizada a infração a ele imputada, devendo ser mantida a penalidade de multa aplicada.

Com efeito, restou incontroverso que foi descumprida a Resolução CONAMA nº 273/2000 e a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelecem os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

“Art. 3º.

(...)

§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:

(...)

II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;

III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;

IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;

V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;

VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;

VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;

VIII - apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;

IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;

X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses.”

Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em dezembro de 2003, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em três anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

O fato da aplicação da penalidade de multa ter ocorrido após a finalização das atividades do empreendimento não descaracteriza a multa, haja vista que o Auto de Infração é decorrente do Relatório de Vistoria 4914/2003, relacionado ao período em que o empreendimento estava operando regularmente de forma ilegal. Nesse sentido, os documentos juntados aos autos dizem respeito aos anos de 2007 em diante, em nada influenciando a multa aqui discutida.

Os juros e correção monetária são consectários legais da penalidade aplicada, sendo, portanto, plenamente válidos e cabíveis.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à CNR COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de R\$ 7.449,76, por ser mais benéfica ao autuado, nos termos do art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: